

**Empresa Brasileira de Administração de
Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal
Petróleo S.A. - PPSA**

Demonstrações financeiras intermediárias
do período findo
em 31 de março de 2018

Índice

Relatório de revisão das informações intermediárias	3
Balancos patrimoniais - Ativo	5
Balancos patrimoniais - Passivo	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangente	8
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos
Diretores e Acionista da
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e
Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A (“COMPANHIA”)**, em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas do período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é a responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

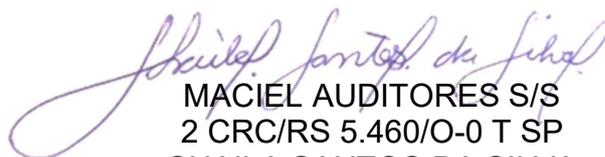
Revisamos a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins da NBC TG 09, foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Valores correspondentes aos períodos anteriores

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em de 01 de fevereiro de 2018, sem modificação na opinião.

As informações financeiras intermediárias da Pré-Sal Petróleo S.A referente ao trimestre findo de 31 de março de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram revisadas por nós ou por outros auditores independentes e conseqüentemente não expressamos nenhuma conclusão sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 T SP
SHAILA SANTOS DA SILVA
CRC RJ 095.707/O-7
Sócia Responsável Técnica

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.232	30.403
Contas a receber	7	3.260	-
Impostos a recuperar ou compensáveis	8	2.855	2.465
Adiantamentos a empregados		146	18
Despesas antecipadas		128	13
Comercialização de óleo e gás da União	9	39.784	-
Total do ativo circulante		75.406	32.899
Ativo não circulante			
Imobilizado	10	1.458	1.619
Intangível	10	3.574	3.768
Total do ativo não circulante		5.032	5.387
Total do ativo		80.438	38.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31.03.2018	31.12.2017
Passivo circulante			
Fornecedores	11	401	495
Impostos e contribuições a recolher	12	1.417	1.148
Provisão de férias e 13º salário	13	2.194	1.573
Obrigações por cessão de pessoal	14	185	294
Outros		136	136
Comercialização de óleo e gás da União	9	39.784	-
Total do passivo circulante		44.118	3.646
Patrimônio líquido	15		
Capital social			
Capital subscrito		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(9.000)	(12.000)
Capital integralizado		41.000	38.000
Prejuízo acumulado		(4.680)	(3.360)
Total do patrimônio líquido		36.320	34.640
Total do passivo e patrimônio líquido		80.438	38.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
 CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
 (Valores expressos reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u> (não auditado)
Receita líquida de serviços	16	7.571	6.632
Custos dos serviços prestados	17	(4.573)	(3.972)
Lucro Bruto		<u>2.998</u>	<u>2.661</u>
Despesas operacionais	18	(4.929)	(4.717)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>(1.930)</u>	<u>(2.056)</u>
Resultado financeiro líquido	19	610	1.047
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>(1.320)</u>	<u>(1.009)</u>
Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	20	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período		<u>(1.320)</u>	<u>(1.009)</u>
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações		<u>(0,03)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**
CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital subscrito</u>	<u>(-) Capital a integralizar</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.000	(12.000)	(3.657)	34.343
Integralização de capital	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(1.009)	(1.009)
Saldo em 31 de março de 2017 (não auditado)	<u>50.000</u>	<u>(12.000)</u>	<u>(4.666)</u>	<u>33.334</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.000	(12.000)	(3.360)	34.640
Integralização de capital	-	3.000	-	3.000
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(1.320)	(1.320)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>50.000</u>	<u>(9.000)</u>	<u>(4.680)</u>	<u>36.320</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**
CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		(não auditado)
Lucro (prejuízo) do período	(1.320)	(1.009)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	355	329
	<u>(965)</u>	<u>(681)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(3.260)	(3.756)
Impostos a recuperar ou compensáveis	(390)	(302)
Adiantamentos a empregados	(128)	(5)
Despesas antecipadas	(116)	(95)
	<u>(3.893)</u>	<u>(4.158)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(94)	294
Honorários a pagar	-	153
Remuneração compensatória ex diretores	-	(637)
Provisões para férias e 13º salário	621	242
Impostos e contribuições a recolher	270	(387)
Obrigações por cessão de pessoal	(110)	(42)
	<u>688</u>	<u>(378)</u>
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	<u>(4.171)</u>	<u>(5.216)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	3.000	-
Caixa líquido gerados nas atividades de financiamento	<u>3.000</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(1.171)</u>	<u>(5.216)</u>
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	30.403	33.190
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	29.232	27.973
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.171)</u>	<u>(5.216)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u> (não auditado)
Receitas	8.791	7.449
Faturamento	8.791	7.449
Insumos	(1.489)	(1.696)
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(1.489)	(1.696)
Valor adicionado bruto	7.302	5.753
Depreciação e amortização	(355)	(329)
Valor adicionado líquido produzido	6.947	5.424
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	613	1.048
Valor adicionado total a distribuir	<u>7.559</u>	<u>6.473</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(5.993)	(5.018)
Remuneração direta	(5.492)	(4.615)
Benefícios	(159)	(98)
FGTS	(342)	(305)
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	(2.380)	(1.797)
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	(1.912)	(1.589)
Municipais	(468)	(207)
Remuneração do capital de terceiros	(508)	(667)
Alugueis	(504)	(667)
Outras	(4)	(1)
Remuneração dos capitais próprios	1.320	1.009
(Lucro) prejuízo do período	1.320	1.009
Valor adicionado total distribuído	<u>(7.559)</u>	<u>(6.473)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de
2018**

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-sal Petróleo S.A – PPSA (Pré-sal Petróleo ou Companhia), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma Companhia pública de direito privado, criada pelo Decreto nº 8.063/2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304/2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado.

Em 31 de janeiro de 2018 foram assinados seis novos Contratos de Partilha de Produção relativos a 2ª e 3ª Rodadas de Licitação de Partilha, ocorridas em 27/10/2017, a saber: Entorno de Sapinhoá, Peroba e Alto e Cabo Frio Central (operados pela Petrobras), Alto de Cabo Frio Oeste e Sul de Gato do Mato (operados pela Shell) e Norte de Carcará (operado pela Statoil). Com isso a Pré-sal Petróleo passa a ter gestão de sete Contratos de Partilha de Produção, incluindo Libra.

Adicionalmente à gestão dos Contratos de Partilha de Produção, a Companhia representa a União em quatro Acordos de Individualização da Produção - Campo de Tartaruga Mestiça, Área de Lula Leste, Área Leste de Nautilus ME1 e Área Adjacente a Sapinhoá - e tem acordos de confidencialidade assinados para as áreas de Caxaréu, Pirambu, Sul de Sapinhoá, Atapu, Libra/Mero, Baleia Azul, Carcará, Albacora (Plano de Avaliação de Desenvolvimento de Forno), Brava, Gato do Mato e Epitonium.

Na comercialização, em 31 de março de 2018, a Pré-sal Petróleo realizou o primeiro embarque de petróleo relativo ao quinhão da União nos volumes de produção do Campo de Mero.

Neste primeiro trimestre a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de infraestrutura para realização de leilão de petróleo com a B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). O leilão compreende a venda de petróleo da União referente a produção dos campos de Mero, Lula e Sapinhoá.

1.2. Autorização das demonstrações contábeis intermediárias pela Diretoria Executiva

As Demonstrações contábeis intermediárias da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e serão autorizadas pela Administração em 14 de agosto de 2018.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 11 – Fornecedores
- Nota Explicativa 14 – Obrigações por cessão de pessoal

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Resumo das principais políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, relativos ao contrato de remuneração, cujos serviços já tenham recebido aceite.

Estoque

Os estoques compreendem volumes produzidos de óleo da União, registrados a título de aquisição originária, e destinados à venda, conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 16 (R1).

Impostos a recuperar ou compensáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras e sobre as receitas de prestação de serviços da Companhia.

Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e Equipamentos – 10 anos
Equipamentos de Informática – 5 anos

Benfeitorias em Imóveis de Terceiros – 5 anos

Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*).

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. A vida útil estimada dos softwares – direito de uso é de 5 anos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se estes puderem ser mensurados de maneira confiável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial os gastos com desenvolvimento serão capitalizados pelo valor de custo, sendo amortizados pela vida útil estimada e reduzidos por perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor de face da obrigação ou pela estimativa de desembolso que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se apenas ao imposto de renda e contribuição social corrente, com base no regime de tributação do lucro real com apuração anual.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são ativos e passivos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo, classificados no circulante.

Os saldos referentes aos ganhos ou perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

Em 31 de março de 2018 a Pré-Sal Petróleo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receita de serviços prestados

A receita de serviços prestados inclui a prestação de serviços de gestão de contratos de partilha de produção, prestação de serviços de gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União e a representação da União em acordos de individualização da produção, por meio de um contrato de remuneração. A Companhia reconhece a receita de serviços prestados com base no aceite dos serviços pelo contratante.

A receita de serviços prestados inclui, adicionalmente, por força do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.304/2010 a parcela do bônus de assinatura relativo

aos contratos assinados a cada leilão de área no polígono do pré-sal. A Companhia reconhece a receita relativa a parcela do bônus de assinatura no momento do seu recebimento.

4. Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. A Companhia optou pelo método indireto.

5. Novas normas contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão obrigatórias para exercícios sociais subsequentes. A adoção pela Companhia ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente - Emitida em maio de 2014, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2018	31.12.2017
Banco conta movimento	30	12
Aplicações financeiras	29.202	30.391
Total	29.232	30.403

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal,

emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das Companhias integrantes da Administração Federal Indireta.

7. Contas a receber

Os saldos das contas a receber referem-se exclusivamente a serviços de gestão de contratos prestados no âmbito do contrato de remuneração firmado com o MME. Os valores em aberto foram recebidos dentro do prazo contratual.

	31.03.2018	31.12.2017
Faturamento	3.260	-
Total	3.260	-

8. Impostos a recuperar ou compensáveis

	31.03.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido na fonte - aplicação financeira	30	602
Imposto de renda retido na fonte - serviços	265	1.573
Contribuição social retida na fonte - serviços	55	288
Imposto de renda pessoa jurídica a compensar	2.209	-
Contribuição social retida na fonte a compensar	292	-
Outros	4	2
Total	2.855	2.465

9. Comercialização de óleo e gás da União

Conforme estabelecido no artigo 4º, inciso II da Lei 12.304/2010, compete à PPSA praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União (“óleo a gás da União”), especialmente: (a) celebrar os contratos com agentes comercializadores, representando a União; e (b) celebrar os contratos, representando a União, com agentes comercializadores ou comercializar diretamente óleo e gás da União, preferencialmente por leilão.

A Portaria nº 03, de 03/01/2018 disciplinou a comercialização do óleo e gás da União quando realizada diretamente pela PPSA. O artigo 3º da referida Portaria determina que a receita advinda da comercialização do óleo e gás da União deve

ser depositada diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, após deduzidos os tributos incidentes e os gastos diretamente relacionados à comercialização.

Ainda, o parágrafo único do mesmo artigo estipula que os tributos incidentes e os gastos relacionados diretamente à comercialização do óleo e gás da União deverão ser depositados em conta a ser informada pela PPSA que, obrigatoriamente, os contabilizará de forma clara e apartada da sua própria contabilidade.

Assim sendo, a PPSA contabiliza e controla de forma apartada todas as operações relativas ao óleo e gás da União, que não tem impacto no resultado da Companhia. O quadro abaixo resume o efeito nulo no ativo e passivo circulante do Balanço Patrimonial da PPSA:

Ativo Circulante	31.03.2018	31.12.2017
Volumes comercializados	34.739	-
<hr/>		
Volumes produzidos	5.045	-
Total	39.784	-

Passivo circulante	31.03.2018	31.12.2017
Comercialização a arrecadar ao Fundo Social	34.739	-
<hr/>		
Produção a comercializar	5.045	-
Total	39.784	-

Os volumes comercializados de óleo e gás da União pela PPSA não geram receitas para a Companhia e sim a obrigação de fazer com que os recursos sejam arrecadados ao Fundo Social que está registrada no passivo. Os adquirentes do óleo e gás da União recolhem por meio de uma GRU os valores diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional.

Os volumes produzidos de óleo e gás da União registrados no ativo representam por outro lado a obrigação da PPSA de comercializar tais volumes que está registrada no passivo. Verificar Nota Explicativa n. 23.

Desta forma, com ativos e passivos balanceados, o impacto no Balanço Patrimonial da Companhia é nulo, bem como estas operações não afetam o resultado da Companhia.

10. Imobilizado e Intangível

Imobilizado	31.03.2018	31.12.2017
Equipamentos de informática	2.896	2.896
Benfeitorias	333	333
Máquinas e equipamentos	4	4
Depreciação acumulada	(1.775)	(1.614)
Total	1.458	1.619

Movimentação imobilizado	31.12.2017	Adição	Baixas	31.03.2018
Equipamentos de informática	2.896	-	-	2.896
(-) Depreciação acumulada - equipamentos de informática	(1.501)	(145)	-	(1.646)
Benfeitorias	333	-	-	333
(-) Depreciação acumulada - benfeitorias	(112)	(16)	-	(129)
Máquinas e equipamentos	4	-	-	4
(-) Depreciação acumulada - máquinas e equipamentos	(1)	-	-	(1)
Total	1.619	(161)	-	1.458

Os equipamentos de informática correspondem a servidores, switches, equipamento de videoconferência, equipamentos do *datacenter* e *workstations* especializadas.

Intangível	31.03.2018	31.12. 2018
Softwares	3.874	3.874
Gastos de desenvolvimento - SGPP	1.382	1.382
Depreciação acumulada	(1.682)	(1.488)
Total	3.574	3.768

Movimentação intangível	31.12.2017	Adição	Baixas	31.03.2018
Softwares – Direito de uso	3.874	-	-	3.874
(-) Amortização - Softwares – Direito de uso	(1.488)	(194)	-	(1.682)
Gastos de desenvolvimento - SGPP	1.382	-	-	1.382
Total	3.768	(194)	-	3.574

Os *softwares* correspondem a direito de uso de licenças de *softwares* especialistas como *Petrel*, *Vmware*, *Geolog*, entre outros. Os gastos de desenvolvimento do SGPP correspondem a serviços de consultoria realizados no mapeamento de processos para permitir a customização do Sistema de Gestão de Partilha da Produção da Companhia.

11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios para os quais a nota fiscal foi recebida e registrada dentro da competência. As provisões a fornecedores correspondem a serviços executados a não faturados pelo fornecedor.

	31.03.2018	31.12.2017
Contas a pagar a fornecedores	163	47
Provisão dos fornecedores	238	448
Total	401	495

Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de ativo imobilizado e intangíveis, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, incluindo provisões.

12. Impostos e contribuições a recolher

	31.03.2018	31.12.2017
Impostos e contribuições retidas na fonte	430	556
ISS	163	-
COFINS	132	103
PIS	28	23
IPTU	92	-
INSS a recolher	442	339
FGTS a recolher	130	127
Total	1.417	1.148

13. Provisão de férias e 13º salário

	31.03.2018	31.12.2017
Provisão de 13º Salário	411	-
Provisão de férias	1.783	1.573
Total	2.194	1.573

14. Obrigações por cessão de pessoal

A cessão de pessoal caracteriza-se pelo empréstimo de servidores públicos para a Companhia. Os valores a pagar constituem ressarcimento aos órgãos de origem pela cessão de pessoal.

	31.03.2018	31.12.2017
Advocacia Geral da União - AGU	33	49
Agência Nacional do Petróleo - ANP	-	35
Caixa Econômica Federal - CEF	118	178
Controladoria-Geral da União - CGU	34	32
Total	185	294

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito da Pré-Sal Petróleo, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013 é de R\$ 50.000, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/10/2015, 21/12/2015, 28/11/2016 e 03/01/2018 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15.000, R\$ 2.000, R\$ 14.900, R\$ 3.000, R\$ 3.100 e R\$ 3.000 respectivamente.

	31.03.2018	31.12.2017
Capital social	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	(9.000)	(12.000)
Lucro (prejuízos acumulados)	(4.680)	(3.360)
Total	36.320	34.640

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Pré-Sal Petróleo em seu Capítulo XIV, artigo 72, inciso III, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

A Companhia apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$ 10.970, em 2016 no valor de R\$ 5.664 e em 2017 no valor de R\$ 297. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, os lucros apurados serão integralmente utilizados na amortização parcial dos prejuízos acumulados. Em 31 de março de 2018 e 2017 (não auditada) e em 31 de dezembro de 2017 apresentou prejuízos acumulados.

16. Receita líquida de serviços

A Pré-sal Petróleo tem como atividades principais a gestão dos Contratos de Partilha de Produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União e a representação da União nos Acordos de Individualização da Produção.

	31.03.2018	31.03.2017 (Não auditado)
Receita bruta de serviços	8.791	7.449
(-) Impostos sobre faturamento (14,25%)	(1.220)	(817)
Receita líquida de serviços	7.571	6.632

As receitas operacionais da Companhia são correlatas a prestação regular e mensal de serviços de gestão de contratos ao Ministério de Minas e Energia. Os tributos sobre faturamento são o ISS (5%), PIS (1,65%) e COFINS (7,60%).

17. Custo dos serviços prestados

A prestação de serviços da Companhia ocorre a partir da alocação de recursos humanos que compõem o corpo técnico diretamente correlacionado à prestação dos serviços. Desta forma, o maior componente no custo dos serviços prestados é pessoal e encargos, conforme quadro abaixo:

	31.03.2018	31.03.2017 (Não auditado)
Remuneração	(3.081)	(2.606)
Encargos sociais	(856)	(716)
Plano de saúde	(26)	(16)
Outros custos com pessoal	-	(19)
Serviços de terceiros	(401)	(472)
Depreciação e amortização	(209)	(143)
Custo dos serviços prestados	(4.573)	(3.972)

18. Despesas operacionais

As despesas operacionais correspondem às demais áreas de apoio da Companhia que dão suporte às áreas técnicas e gastos administrativos. O maior componente é pessoal e encargos, conforme quadro abaixo:

	31.03.2018	31.03.2017 (Não auditado)
Remuneração	(2.410)	(1.980)
Encargos sociais	(599)	(498)
Plano de saúde	(33)	(27)
Outras despesas com pessoal	(101)	(70)
Serviços de terceiros	(1.010)	(1.143)
Utilidades e serviços	(69)	(72)
Tributos e encargos parafiscais	(50)	(72)
Outros serviços e materiais	(511)	(669)
Depreciação e amortização	(146)	(186)
Custo dos serviços prestados	(4.929)	(4.717)

19. Resultado financeiro líquido

	31.03.2018	31.03.2017 (Não auditado)
Rendimento de aplicações financeiras	573	1.019
Descontos obtidos	1	-
Outras receitas financeiras	39	29
Despesas financeiras	(3)	(1)
Total	610	1.047

20. Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A Pré-Sal Petróleo optou nos anos base 2016, 2017 e 2018 pela tributação com base lucro real anual e apuração mensal. O lucro real é o resultado do lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões legais.

21. Transações com Partes Relacionadas

Pessoal Chave

Parte relacionada é a pessoa natural ou a entidade que está relacionada com a Companhia que está elaborando suas demonstrações contábeis. A pessoa natural que é membro da administração da Companhia é considerada Pessoal Chave da administração, conforme definição do CPC 5, item 9, (a), (iii).

A Companhia é dirigida por um conselho de administração e uma diretoria executiva. Todos os diretores executivos são nomeados pelo Presidente da República, após indicação do MME. A Diretoria Executiva é composta pelo

diretor-presidente, diretor de gestão de contratos, diretor técnico e de fiscalização e diretor de administração, controle e finanças.

O conselho de administração, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, é constituído por 1 (um) conselheiro indicado pelo MME, que o preside, 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério da Fazenda, 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 (um) conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo diretor-presidente da Companhia.

As remunerações totais dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e da diretoria executiva está no quadro a seguir:

	31.03.2018	31.03.2017 (Não auditado)
Salários e benefícios	1.123	1.033
Encargos sociais	280	250
Total	1.403	1.283

Comercialização de óleo e gás da União

A comercialização de óleo e gás natural da União no primeiro trimestre de 2018, referida na Nota Explicativa nº 9, foi realizada com a Petrobrás, relativa a um contrato de venda de 80 mil m³ petróleo do campo de Mero em dois carregamentos. O processo de comercialização destes volumes foi celebrado em condições estritamente comutativas em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado.

* * *

Ibsen Flores Lima
Diretor-Presidente

Hercules Tadeu Ferreira Silva
Diretor de Gestão de Contratos

Paulo Moreia de Carvalho
Diretor Técnico e de Fiscalização

Leandro Leme Júnior
Diretor de Administração, Controle e Finanças

Mauro Braz Rocha
Gerente de Controle e Finanças

Francisco de Assis da Silva
Contador - CRC RJ 062.785/O-9
Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.
CRC SP 022.708/O-4 “S” RJ